



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Política Digital

Pós-graduação em Psicologia Política

Susana Rogeiro Nina & Hugo Ferrinho Lopes

E-mails: p6412@ulusofona.pt (SRN)

p7380@ulusofona.pt (HFL)

Ensino teórico-prático

Horas de contacto: 13,5h

Calendário: 21/04/2023 a 25/05/2023

Modelo: *e-learning*

1 Descrição

A unidade curricular de Política Digital apresenta as várias formas como as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e as plataformas digitais podem contribuir para a reconfiguração do espaço político nas sociedades contemporâneas. Por um lado, expressões como “as redes sociais estão a matar a democracia”, “isto não dizem cara-a-cara!” ou “o Twitter é um meio de destilação de ódio” tornaram-se comuns nos últimos anos. Por outro lado, o escândalo da *Cambridge Analytica* e o banimento de Trump do Twitter levaram a que a política e o digital se tornassem duas faces da mesma moeda.

Inicialmente, a Internet foi considerada como um modo de derrubar regimes não

democráticos e promover a liberdade. Todavia, exemplos como o referendo ao *brexit*, a influência das redes sociais nas eleições americanas de 2016 e brasileiras de 2022 e ainda a desinformação durante a pandemia de COVID-19 mostram como as redes sociais podem ser utilizadas para manipular a opinião pública, desvirtuar as mensagens políticas e promover a desinformação e o discurso de ódio. O uso de inteligência artificial como o ChatGPT para a sociedade e a política facilitou uma série de mecanismos, embora tenha levantado vozes contestatários e receios sobre a substituição do Homem pela máquina. Mas abriu portas, sobretudo, a uma discussão alargada sobre o futuro da democracia representativa como inevitabilidade, agora que os mecanismos de democracia direta estão cada vez mais acessíveis e sintetizados.

Em suma, a política está a mudar devido ao desenvolvimento maciço das tecnologias da informação e comunicação. Isto gerou um crescente interesse da sociedade e da academia obre este novo campo. No entanto, as ciências sociais ainda estão a começar a perceber de que modo a digitalização afeta os fenómenos políticos. Nesta unidade curricular, discutem-se alguns dos tópicos mais recentes nesta matéria, desde a disseminação de *fake news* ao papel dos média. Apresentam-se abordagens aos efeitos dos média digitais na política em vista a compreender como podem estes beneficiar ou prejudicar os agentes políticos, de que forma as elites políticas podem obter representação, comunicar com os eleitores e mobilizar a sua base social de apoio através do digital.

2 Objetivos da aprendizagem

A unidade curricular de “Política Digital” faz a simbiose entre as áreas científicas da comunicação política, ciência política e novas tecnologias.

Tem-se como desiderato capacitar os discentes para serem capazes de caracterizar e identificar as diversas influências dos média digitais nas várias áreas e aspetos da política tradicional. Mediante uma conclusão com sucesso da unidade curricular, os estudantes deverão ser capazes de:

1. Compreender os conceitos básicos no estudo da política digital, *social media* e democracia.

2. Aplicar alguns desses conceitos para entender/explicar como a política e o digital estão interligadas nos dias de hoje;
3. Descrever com clareza os desafios impostos pelos *social media* ao funcionamento tradicional das democracias liberais, bem como as abordagens que têm sido seguidas para mitigar tais constrangimentos.
4. Analisar algumas das questões-chave na perspectiva da política digital (por exemplo, eleições, governação atual e a pandemia).
5. Refletir sobre o impacto da inteligência artificial e dos poderes digitais sobre si próprios, a sua autonomia, e sobre a sustentabilidade da democracia representativa.

As discussões em aula serão centradas nas leituras semanais (ver a **calendarização** da disciplina). Tendo presentes estes objetivos, o programa visa, por um lado, que os alunos se familiarizem com os aspetos mais técnicos da política digital; e, por outro, que dominem as principais explicações teóricas dos processos de evolução do *offline* para o *online* e respetivo impacto no sistema de representação política. Pretende-se ainda que os alunos adquiram competências de análise crítica sobre as problemáticas suprarreferidas.

3 Estruturação da unidade curricular

3.1 Estrutura das aulas

A unidade curricular baseia-se num modelo de ensino teórico-práticas. As aulas são lecionadas em português. Se de duração de 2h, terão um intervalo. Se forem sessões de 3h, terão aproximadamente dois intervalos. Iniciam-se com uma súmula da aula anterior, procurando sintetizar conteúdos e esclarecer dúvidas segundo um princípio de estudo orientado. De seguida, a/o docente dará uma "lecture" sobre um tópico específico do **programa**, explicações para aplicação de conhecimentos e responderá a dúvidas.

Nas sessões, são apresentados os conceitos, perspetivas teóricas e práticas, alterando, quando possível, a componente expositiva com exercícios, debates ou discussão orientada. Este modelo serve, essencialmente, três princípios pedagógicos:

1. Treinar competências de organização e exposição;

2. Desenvolver capacidades de análise crítica e autodidata;
3. Dar à/ao indicações do modo como os alunos estão a apreender, ou não, a matéria lecionada.

3.2 Modalidade e diapositivos

O ensino funciona em regime *e-learning*. Em cada semana, será disponibilizada a opção de acesso virtual à respetiva aula. Os discentes devem estar atentos à informação disponibilizada na plataforma da universidade.

Os alunos terão ainda acesso aos diapositivos e materiais usados pelos s no fim de cada sessão (os s colocarão no *moodle* ou enviarão aos discentes pela plataforma).

3.3 Orientação tutorial

Os docentes estarão disponíveis para responder a dúvidas específicas e questões individuais, mediante marcação prévia por e-mail. Estas reuniões servem para responder a dúvidas específicas e não para fazer revisão da matéria.

3.4 Conteúdos programáticos e leituras semanais

Os objetivos da aprendizagem devem ser encarados como os conceitos-chave que cada discente deve adquirir após cada semana. A programação das aulas encontra-se infra. É provisória e sujeita a alterações. Funciona também como guia de estudo. Inclui leituras recomendadas para cada aula, que, embora não exaustivas, se ordenam por um grau decrescente de prioridade. A primeira leitura de cada aula é obrigatória. As restantes são recomendadas.

Semana 01 (2h), 17/04 - 21/04: Apresentação e introdução à UC: transformação da democracia na era digital

- Coleman, S., & Freelon, D. (2015). Introduction: Conceptualizing Digital Politics. In Coleman, S., & Freelon, D. (Eds.). *Handbook of Digital Politics* (pp. 1-14). Cheltenham: Edward Elgar.
- Jungherr, A., Rivero, G., & Gayo-Avello, D. (2020). *Retooling Politics: How Digital Media Are Shaping Democracy* (pp. 1–29), Cambridge: Cambridge University Press.

- Williams, B. A., & Carpini, M. X. D. (2011). *After Broadcast News: Media Regimes, Democracy, and the New Information Environment* (pp. 278–326). Cambridge: Cambridge University Press.
- Copeland, L., & Bimber, B. (2015). Variation in the relationship between digital media use and political participation in US elections over time, 1996–2012: Does Obama’s reelection change the picture?. *Journal of Information Technology & Politics*, 12(1), 74-87.
- Hindman, M. (2005). The real lessons of Howard Dean: Reflections on the first digital campaign. *Perspectives on Politics*, 3(1), 121-128.

Semana 02 (3h), 24/04 - 28/04: Transformação da comunicação (interna e externa) das instituições políticas. Como e por que razão os agentes políticos comunicam *online*?

- Feezell, J. T. (2018). Agenda setting through social media: The importance of incidental news exposure and social filtering in the digital era. *Political Research Quarterly*, 71(2), 482-494.
- Barberà, P., Casas, A., Nagler, J., Egan, P. J., Bonneau, R., Jost, J. T., & Tucker, J. A. (2019). Who leads? Who follows? Measuring issue attention and agenda setting by legislators and the mass public using social media data. *American Political Science Review*, 113(4), 883-901.
- Serra-Silva, S. (2022). How parliaments engage with citizens? Online public engagement: a comparative analysis of Parliamentary websites. *The Journal of Legislative Studies*, 28(4), 489-512.
- Barberà, O., Sandri, G., Correa, P., & Rodríguez-Teruel, J. (2021). *Digital Parties. The Challenges of Online Organisation and Participation* (pp. 287–304). London: Springer.

Semana 03 (2h), 01/05 - 05/05: Campanhas eleitorais num contexto sem mediador

- Santana-Pereira, J., Ferrinho Lopes, H., & Nina, S. R. (2023). Sailing Uncharted Waters with Old Boats? COVID-19 and the Digitalization and Professionalization of Presidential Campaigns in Portugal. *Social Sciences*, 12(1), 45.
- Gibson, R. K., & McAllister, I. (2015). Normalising or equalising party competition? Assessing the impact of the web on election campaigning. *Political studies*, 63(3), 529-547.
- Fowler, E. F., Franz, M. M., Martin, G. J., Peskowitz, Z., & Ridout, T. N. (2021). Political advertising online and offline. *American Political Science Review*, 115(1), 130-149.
- Hersh, E. D., & Schaffner, B. F. (2013). Targeted campaign appeals and the value of ambiguity. *The Journal of Politics*, 75(2), 520-534.

Semana 04 (2h), 08/05 - 12/05: Redes sociais, manipulação, desinformação e *fake news*

- Dobber, T., Metoui, N., Trilling, D., Helberger, N., & de Vreese, C. (2021). Do (microtargeted) deepfakes have real effects on political attitudes?. *The International Journal of Press/Politics*, 26(1), 69-91.
- Vraga, E. K., & Bode, L. (2020). Defining misinformation and understanding its bounded nature: Using expertise and evidence for describing misinformation. *Political Communication*, 37(1), 136-144.
- Guess, A., Nyhan, B., & Reifler, J. (2018). *Selective exposure to misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign*. Disponível [aqui](#).
- King, G., Pan, J., & Roberts, M. E. (2017). How the Chinese government fabricates social media posts for strategic distraction, not engaged argument. *American Political Science Review*, 111(3), 484-501.
- Rossini, P., Stromer-Galley, J., Baptista, E. A., & Veiga de Oliveira, V. (2021). Dysfunctional information sharing on WhatsApp and Facebook: The role of political talk, cross-cutting exposure and social corrections. *New Media & Society*, 23(8), 2430-2451.

Semana 05 (2h), 15/05 - 19/05: Participação política, preferências, ação coletiva e discriminação racial na era 4.0

- Munger, K., Bonneau, R., Nagler, J., & Tucker, J. A. (2019). Elites tweet to get feet off the streets: Measuring regime social media strategies during protest. *Political Science Research and Methods*, 7(4), 815-834.
- Jost, J. T., Barberá, P., Bonneau, R., Langer, M., Metzger, M., Nagler, J., Sterling, J. & Tucker, J. A. (2018). How social media facilitates political protest: Information, motivation, and social networks. *Political Psychology*, 39 (1), 85-118.
- Alvarez, R. M., Levin, I., Mair, P., & Trechsel, A. (2014). Party preferences in the digital age: The impact of voting advice applications. *Party Politics*, 20(2), 227-236.
- Munger, K. (2017). Tweetment effects on the tweeted: Experimentally reducing racist harassment. *Political Behavior*, 39, 629-649.

Semana 06 (3h), 22/05 - 26/05: Avaliação: apresentações orais**Semana 07, 29/05 - 02/06:** Divulgação das classificações no moodle

4 Elementos de avaliação

A unidade curricular compreende os seguintes elementos de avaliação: (1) assiduidade e participação; (2) ensaio escrito sobre um dos conteúdos programáticos; e (3) apresentação oral do ensaio escrito. A sua respetiva ponderação está disponível nos [critérios de avaliação](#).

4.1 Ensaio escrito

O ensaio escrito é elaborado individualmente, deve incidir sobre a discussão de um dos conteúdos programático e deve também:

1. Ser claro na identificação da [literatura](#) em que se baseia;
2. Ser entregue até à data constante do cronograma das avaliações através da opção específica de submissão via *moodle* e em formato PDF;
3. Ser submetido num ficheiro não-editável (PDF) e o nome do ficheiro deve corresponder aos nomes e números de aluno. Por exemplo: "António Lages Pereira (27027)".
4. Seguir as [normas de formatação das dissertações de mestrado](#) da universidade (capa, tipo de letra, tamanho, espaçamento entre linhas, entre parágrafos e de margens, etc.).
5. Conter até um máximo de 10 paginas, margens 2.5, tipo de letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1.5, incluindo todos os seus elementos constitutivos, gráficos, tabelas, texto analítico e referências bibliográficas e eletrónicas;
6. Estar propriamente referenciado. Os estudantes devem usar as [normas de referência da APA](#), como solicitado pela universidade. Podem gerar automaticamente estas referências através do Google Scholar ou do Scribbr APA Citation Generator. Tendo em conta que, o em vários casos, a primeira opção tem informação incompleta (em particular, sobre organizadores de livros editados, capítulos, *policy/research briefs* ou teses), podem fazer um *double-check* no Scribbr. Para usarem o Scribbr, procedam da seguinte forma:
 - 6.1 Acedam ao [site do Scribbr](#);
 - 6.2 Seleccionem a(s) opção(ões) do tipo de publicação pretendida;

- 6.3 Aparecerá um campo automático;
- 6.4 Pesquisem pela publicação (ex. título ou DOI);
- 6.5 Seleccionem "cite source";
- 6.6 A referência aparece;

Por fim, para elaborar um bom trabalho académico, Bryman (2007) diz-nos que devemos procurar responder claramente a estas perguntas:

- Qual é o tópico e quais são os objetivos?
- Por que razão é o tema (ou o objetivo) importante?
- Qual é a pergunta de investigação (mesmo que formulada como uma afirmação; exemplo: "análise de que forma a COVID-19 mudou os modelos de campanhas eleitorais")?
- Quais os resultados e implicações?

4.2 Apresentação oral

Na última aula, os discentes fazem uma apresentação oral do seu ensaio. Cada apresentação não deve durar mais de 20 minutos. Pressupõe-se que seja claro – mas sucinto – quanto ao tema, objetivos, pertinência (científica, social ou política do tema, que dizem os estudos prévios, onde concordam, discordam e quais as respostas que encontra nas conclusões do seu ensaio).

4.3 Critérios de avaliação

4.3.1 Ensino-aprendizagem

A escala de classificação varia de 0 a 20. A avaliação curricular compreende um esforço contínuo ao longo do semestre. Para concluir a unidade curricular com sucesso, o aluno deve obter nota igual ou superior a 10/20 valores. A classificação de ensino-aprendizagem é calculada através dos seguintes elementos de avaliação e respetiva ponderação:

- 50% – ensaio escrito, que deve ser entregue até dia 5 de junho.

- 40% – apresentação oral do ensaio escrito, a ter lugar na última aula.
- 10% – assiduidade e participação pertinente nas aulas

4.3.2 Exames

Os estudantes que não sejam aprovados à disciplina por via curricular – ou seja, na fase de ensino-aprendizagem –, bem como aqueles que desejem melhorar a sua classificação, podem propor-se a exame. A data, hora e sala dos respetivos exames é disponibilizada pelos serviços da universidade.

A corrente UC não carece de classificação curricular mínima para um discente se submeter a exame. Mas os discentes deverão consultar e seguir os normativos da universidade.

Os exames seguem o mesmo modelo do ensaio escrito: consiste num novo ensaio escrito, com um tema distinto do apresentado na fase de ensino-aprendizagem, e será avaliado de acordo com os mesmos critérios. Tem uma proporção de 100%, ou seja, a nota mais elevada prevalece. Por exemplo, um aluno que se submeter a exame com 11 e obtém uma classificação de 9 valores mantém o 11 (superior) como nota final. Se o mesmo discente obtiver nota em exame de 13 valores, a classificação final passará a ser 13. O mesmo acontece com os alunos que se submetem a exame para aprovação na UC (por exemplo, um 0 curricular com 14 em exame é classificado com um 14 no final da UC).

5 Regras da disciplina

5.1 Assiduidade

A assiduidade discente é expectável em todas as aulas. Os alunos têm liberdade para frequentar ou não as sessões, mas recorda-se que este é um elemento de avaliação. Não se espera, também, que os discentes (exceto em casos justificáveis) simplesmente acedam às sessões e permaneçam durante as aulas sem participar e/ou de câmara desligada.

5.2 Atrasos na entrega de trabalhos

Entregas do trabalho com atraso serão aceites sem penalização se for prestada uma justificação válida aos docentes até 48h antes do prazo de entrega. Após o prazo de entrega, período, todos os elementos entregues terão uma cotação de 0 (zero) valores.

5.3 Integridade e honestidade académica

Conduta académica inapropriada e a violação dos deveres gerais dos alunos, nomeadamente plágio e fraude académica, inviabilizam a avaliação, nos termos do Regulamento Disciplinar da Universidade. Estão, obviamente, também incluídos textos do ChatGPT ou equivalente, texto muito semelhantes entre alunos deste ou de outros cursos, mesmo que sejam do mesmo aluno, como é o caso de trabalhos anteriores entregues a outros s neste ou noutro ano letivo. O mesmo acontece para apresentações de diapositivos da/o docente, que não são fonte primária de informação, mas tão-somente auxiliares de estudo.

6 Bibliografia de apoio à elaboração do ensaio escrito

- Bryman, A. (2007). The research question in social research: what is its role?. *International Journal of Social Research Methodology*, 10(1), 5-20.
- Schmitter, P. (2002). The Ideal Research Proposal. Working Paper.
- van Evera, S. (1997). What is a political science dissertation?, Helpful hints on writing a political science dissertation, the dissertation proposal, *Guide to Methods of Students of Political Science* (pp. 89-95, 97-113 & 115-116). Ithaca: Cornell University Press.